



MENSAGEM Nº 023, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Colenda Câmara Municipal,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Com as saudações de estilo, remeto para análise e aprovação desta Colenda Câmara Legislativa o Projeto de Lei que *"Institui o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025), do Município de São Fidélis"*.

O Projeto de Lei em anexo tem como objetivo promover a regularização dos créditos tributários do Município de São Fidélis, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2024, relativos a créditos tributários e não tributários, devidos ao Município, inclusive aqueles que estão incluídos na Dívida Ativa do Município, ajuizados ou a ajuizar.

O Programa REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025, tem por finalidade propiciar e incentivar aos contribuintes que tiverem em débitos com a municipalidade a oportunidade de regularizar sua situação com o pagamento em parcelas iguais, mensais e sucessivas, seguindo os critérios estabelecidos por Lei. Sendo uma oportunidade para viabilizar e aumentar incremento da receita tributária do Município.

O Programa REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025 institui anistia gradativa de multas e juros em caso de pagamento à vista, na proporção do valor do débito e quantidade de parcelas.

Vale ressaltar que o Código Tributário Nacional, nos termos do art. 97, VI, exige lei específica para a hipótese de dispensa ou redução de penalidade.

Paralelamente, a medida ora tratada oferta ao contribuinte que possui débitos em atraso com a Fazenda Municipal a possibilidade de regularizar sua situação, como já asseverado, através de adoção de regime especial de parcelamento.



Essa iniciativa possibilita a quitação dos débitos de forma vantajosa e menos onerosa, ao mesmo tempo em que se procura conquistar a consciência do necessário cumprimento do dever aos contribuintes, como forma de viabilizar mais investimentos em obras, saúde, educação e infraestrutura, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento do Município, o que também se propicia com o aumento da arrecadação municipal.

Assim, são essas razões que nos levaram a apresentar o presente Projeto de Lei, na certeza de que o mesmo merecerá o beneplácito do Ínclito Plenário, rogando, desde já, pela célere aprovação do mesmo, em **REGIME DE URGÊNCIA**.

São Fidélis (RJ), 23 de setembro de 2025.


José William Ribeiro de Oliveira
- Prefeito -

Ao Exmo. Sr.

Carlos Rogério Vieira da Silveira

Presidente da Câmara Municipal de São Fidélis/RJ.



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

*INSTITUI O PROGRAMA DE
RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS/SÃO
FIDÉLIS-2025), DO MUNICÍPIO DE
SÃO FIDÉLIS.*

A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de São Fidélis-RJ - REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários devidos por pessoas físicas ou jurídicas ao Município, às suas autarquias, fundações e empresas públicas, cujo fato gerador tenha ocorridos até 31 de dezembro de 2024, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - O ingresso no REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025 possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, com as reduções na forma definida na tabela abaixo:

| Forma de Pagamento | Desconto: Juros | Desconto: Multa | Desconto Correção Monetária |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------------|
| À Vista ou em até 02 parcelas | 100% | 100% | 100% |
| De 03 a 06 parcelas | 60% | 60% | 60% |
| De 07 a 12 parcelas | 40% | 40% | 40% |

Parágrafo Único – Os créditos tributários cujo valor seja igual ou superior a 40 (quarenta) UFISF (R\$ 16.823,20) poderão ser parcelados, com as reduções previstas na tabela abaixo.

| Forma de Pagamento | Desconto: Juros | Desconto: Multa | Desconto Correção Monetária |
|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------------|
|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------------|



| | | | |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| À Vista ou em até 10 parcelas | 100% | 100% | 100% |
| De 11 a 20 parcelas | 60% | 60% | 60% |
| De 21 a 30 parcelas | 40% | 40% | 40% |

Art. 3º - O valor mínimo da parcela será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 200,00 (duzentos) para pessoa Jurídica.

Parágrafo Único – O valor mínimo da parcela decorrente de parcelamento na forma do parágrafo único do artigo anterior será de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Art. 4º - Os contribuintes com créditos tributários que tenham sido objeto de parcelamento simplificado, poderão aderir ao Programa REFIS/SÃO FIDÉLIS 2025, excetuando-se a migração dos créditos tributários que tenham sido incluídos em qualquer parcelamento especial (REFIS) anterior.

Art. 5º - Tratando-se de créditos tributários inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva, o deferimento do pedido de parcelamento suspenderá a execução até a quitação do parcelamento.

Art. 6º - A primeira parcela deverá ser paga até o 5º dia útil após a assinatura do Termo de Confissão de Dívida.

Art. 7º - A opção pelo REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025 importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 8º - Os honorários de sucumbência, quando existentes, poderão ser incluídos no parcelamento ou pagos à vista, a critério do devedor.



Art. 9º - As custas processuais, no caso de débitos ajuizados, serão incluídas no parcelamento e deverão ser pagas junto com o número de parcelas acordadas.

Art. 10 - A adesão ao Programa REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025 implica:

I - na confissão irrevogável e irretratável dos fatos geradores e seus respectivos débitos fiscais;

II - na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III - na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;

IV - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

V - no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente.

Parágrafo único - A adesão ao REFIS não implica em novação.

Art. 11 - O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

I - através de formulário próprio;

II - distinto para cada tributo, com discriminação dos respectivos valores e números das ações executivas, quando existentes;

III - assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes especiais;

IV - instruído com:

a) cópia do Contrato Social ou Estatuto, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa;

b) instrumento de mandato, se for o caso.

Parágrafo único - O Contribuinte que possuir ação judicial ou requerimento administrativo em curso, na qual figure como Autor/Requerente deverá, como condição para valer-se das prerrogativas desta Lei, desistir da respectiva ação judicial ou administrativa e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do



mérito nos termos da alínea "c" do inciso III, do art. 487 do Código de Processo Civil, no ato da adesão do parcelamento do Programa REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025.

Art. 12 - Constitui causa para exclusão do contribuinte do Programa REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025, com a consequente revogação do parcelamento:

I - o atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou três parcelas alternadas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal;

II - o descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

III - a decretação da falência do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;

IV - a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do Programa REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025;

V - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

Parágrafo único - A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do Programa REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025 implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 13 - O prazo para adesão ao REFIS/SÃO FIDÉLIS-2025 terá início em 01 de outubro de 2025 e encerrar-se-á em 31 de outubro de 2025, podendo ser prorrogado por ato do Poder Executivo.

Art. 14 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar as medidas necessárias para execução da presente Lei.



Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Fidélis, 23 de setembro de 2025.


José William Ribeiro de Oliveira
- Prefeito -